

Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico¹

Luís Reznik² - PUC-Rio/UERJ

“As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra *comunidade* é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que *comunidade* signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’.”³

Acompanhando o raciocínio de Zygmunt Bauman, podemos compreender a comunidade como um lugar onde confiamos uns nos outros, onde conhecemos os valores estabelecidos e, por isso, raramente ficamos desconcertados. Nesse lugar, não somos estranhos ou, ao menos, não temos este sentimento. Cria-se um entendimento facilmente compartilhado por seus membros, não sendo necessário construir um consenso, no sentido de negociações e compromissos, em torno das idéias. Não, o entendimento já está assentado, como um *ethos* profundamente incorporado, por isso simplesmente naturalizado em um comportamento casual⁴.

Dito em outros termos, a contigüidade territorial, a proximidade espacial, as relações de vizinhança e cotidianidade estabelecem uma ética de pertencimento singular, possibilitando uma sensação de conforto, de aconchego e de segurança nesse pequeno mundo familiar: um território circunscrito e limitado; pequeno, estando à vista de seus membros; e auto-suficiente⁵.

Creio que este mote é bastante rico para enveredarmos por uma discussão sobre o lugar e o valor da história local, nos dias atuais. Ou seja, percebe-se que os efeitos da globalização e a ampliação do imponderável no mundo atual geram tamanha insegurança que, paradoxalmente, o seu correlato é a valorização do local, em um sentido em que o “lugar se baseia na necessidade de pertencer não a uma sociedade em abstrato, mas a algum lugar em particular”⁶.

Um dos elementos constitutivos dessa valorização é a afirmação de um passado heróico, memorável. O local guarda uma história, tem orgulho dela e ela – a história, uma boa narrativa das experiências pretéritas - reafirma a sua validade,

enquanto espaço de identidade. Se o procedimento é bastante conhecido - o passado legitimando a coesão do grupo e da comunidade a partir de uma narrativa acerca de origens, lutas e vivências comuns -, chamo a atenção para o deslocamento para o foco do local (bairro, cidade, vizinhança, município) como elemento/espaço privilegiado constituidor de identidades. Mais especificamente, uma escrita e valorização do espaço local vem deslocar as narrativas historiográficas que têm como suposto uma forte lealdade e sentimento de pertencimento da sociedade e dos indivíduos aí inseridos à entidade nacional. A nação foi, durante os últimos duzentos anos, um elemento central em nossos sistemas de representação cultural. A idéia de ser brasileiro esteve arraigada (e ainda está) nas nossas percepções do mundo, acima de outros sistemas de representação cultural como, por exemplo, a religião, a cor ou o gênero. Nesses termos, a nação forja uma estrutura na qual os indivíduos sentem-se identificados, “costurados”. As identidades nacionais estabilizam “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”⁷.

No entanto, nos últimos tempos, os processos de criação de pertencimento têm se transformado, ultrapassando, no mais das vezes, as margens do “sujeito moderno”, “previamente vivido como tendo uma identidade [nacional] unificada e estável”. Os nossos processos de identificação tendem a ser mais provisórios, variáveis e problemáticos, sejam eles relacionados a gêneros, etnias, cor, religião, vínculos profissionais. As identidades são múltiplas e de definição instável: “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.”⁸

Mas não nos enganemos. A comunidade, garantidora de segurança, nada mais é do que uma ficção, uma imaginação sobre o que seria um passado idílico e uma possibilidade de um futuro aconchegante – “a agonia de Tântalo”⁹. Tal como a nação, a localidade, seja qual for o seu tamanho, também é uma comunidade imaginada,

inventada, reiterada pelas tradições e festas que se comemoram ciclicamente¹⁰. Bairro, cidade, município e outras circunscrições geográfico-territoriais-administrativas são criações históricas.

Nesses termos, Bauman denuncia *identidade* e *comunidade* como termos intercambiáveis. Conceito do dia a dia, a identidade carrega as mesmíssimas sensações de aconchego e naturalização do seu par analítico. “A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa de ressurreição dos mortos”¹¹.

A essa altura, já cabe tomar Luiz Palmier como exemplo, utilizando trechos da introdução de seu livro sobre a História de São Gonçalo, publicado em 1940:

“Ficam esquematizados e programados os principais feitos da gente de São Gonçalo, desde a colônia – sesmaria, aldeia, freguesia, distrito, cidade. São mais de três séculos de lutas para a prosperidade da comuna e grandeza do Brasil.”¹²

A comunidade é aqui denominada “gente de São Gonçalo”, no singular coletivo. A escrita da História é explicitamente um instrumento de um processo de *identificação*, a partir de uma origem comum e de características que são partilhadas pelo grupo, em torno de um ideal: “os três séculos de lutas para a prosperidade da comuna”.

Mais adiante, Palmier estabelece a conexão entre a “gente” do passado e os leitores do tempo presente, objeto da publicação comemorativa dos cinquenta anos da emancipação e criação do município:

“Esse o contingente dos que, herdeiros de uma civilização tricentenária, tomam parte nas festividades cinqüentenárias”.

É em cima desse vínculo – “herdeiros de uma civilização tricentenária” – que ocorre o natural fechamento que forma a base de solidariedade e de fidelidade entre os gonçalenses (“gente”/ “herdeiros”).

Ora, as mesmas críticas que vêm se delineando, desde há algum tempo, para as concepções essencialistas de identidade cultural, sejam de corte

nacional, racial ou étnico, servem para as “identidades locais”. Ou seja, consideremos que as identidades são transitórias e contingenciais, construções históricas e mutáveis; logo não há essência. Se ser brasileiro no século XIX era muito distinto de sê-lo no século XXI, o mesmo se passa com a condição de “gonçalense”.

As “gentes” (no plural!) e as experiências passadas pelos que viviam na localidade de São Gonçalo nos mais variados momentos históricos são contingências de suas épocas. São Gonçalo se localiza na margem oriental da Baía de Guanabara, contígua à Niterói (da qual foi distrito, no século XIX) e à frente, separada pela água, da cidade do Rio de Janeiro (sintomaticamente era denominada, nos tempos de colonização, de *bandas d'além*). Essas duas condições – simultaneamente próxima e periférica – marcaram a história da localidade. Nos últimos cinqüenta anos a sua população decuplicou, em um fenômeno similar ao ocorrido em outros municípios que hoje integram o Grande Rio. Fica realmente difícil imaginar os atuais quase um milhão de gonçalenses como herdeiros da “valorosa” liderança da Revolta da Cachaça, no século XVII.

Aceitar, no entanto, que a comunidade/ identidade local não deve ser entendida de forma essencialista não nos leva a abandonar esse recorte espacial como possibilidade analítica. Preferimos a solução de Stuart Hall e continuar a operar com o conceito de identidade (local/ história local), “sob rasura”, “no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada na forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser pensadas.”¹³

Ao invés de uma concepção essencialista, remetemo-nos a uma postura relativizadora, postulando uma concepção estratégica e posicional, em que

avaliamos (e avalizamos) as identidades como sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. Elas, as identidades, são produzidas “em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formação e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”¹⁴.

Esta é a chave para pensarmos Palmier, ou melhor, as diferenças entre a sua narrativa e o que pretendemos com a escrita do local. Para nós, o local é uma instância narrativa da experiência humana. Ela constitui-se elemento do discurso dos diversos agentes sociais que demarcam suas “fronteiras”, suas “rotas” e suas “expectativas” nesse recorte espacial. Logo, bairro, município, cidade são, para além de tradições inventadas, instâncias da ação. Compreendemos a narrativa da história local como uma mudança nas escalas de observação. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos¹⁵. A história local não se opõe à história nacional (ou global), muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Esse exercício historiográfico

incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais.¹⁶

Para Palmier, o local era o espaço da afirmação político-cultural do Município no interior da Nação:

“A contribuição dos gonçalenses para o patrimônio material e cultural da grande Pátria, jamais foi colocado em merecido relevo. Embora descuidados do encarecimento dessa valiosa cooperação, nos domínios das artes, letras, ciências, economia, enriquecendo o patrimônio moral da coletividade brasileira, em todos os setores das atividades humanas, há sempre traços indelévels dessa colaboração pelo nosso engrandecimento cívico e cultural.”¹⁷

Tratava-se de estabelecer uma forte conexão entre a “grande pátria” e a “pequena pátria”. Ao escrever a *História de São Gonçalo*, pretendia demarcar um vir a ser, uma projeção para o futuro da localidade conjugado ao projeto nacional – estamos em 1940, em pleno Estado Novo. Mais do que o “assim chamado retorno às raízes”, havia uma negociação com as rotas” a seguir.¹⁸

Luiz Palmier era um homem de seu tempo. Ao resolvermos dar conseqüência a essa afirmação, decidimos investigar a localidade de São Gonçalo nos anos compreendidos entre 1920 e 1950 através da biografia desse indivíduo. Ele imbuíu-se das inquietudes disseminadas pelos mais diversos intelectuais e movimentos sociais de sua época para agir, de forma criativa, em sua pequena pátria. Analisar suas ações permite identificar a interdependência entre os ambientes intelectuais e políticos mais abrangentes e os processos vivenciados em sua localidade. Possibilita-nos apreender a especificidade de São Gonçalo no “mundo”, sob a ótica de suas identidades próprias, singulares, ainda que a cidade esteja enredada em tecido mais vasto que seus limites territoriais.

Convém aqui, ao lidar com a biografia de um indivíduo, repetir os mesmos cuidados que tivemos em afastar as concepções essencialistas que afirmam uma identidade unificada para a nação ou para a comunidade. Desta feita, pretendemos escapar da ilusão biográfica, na forma como ela foi questionada por Pierre Bourdieu, ou seja:

“a ilusão de que as experiências de vida de um indivíduo possam ser enquadradas numa trajetória linear de encadeamentos causais unívocos. Contra a ilusão sedutora de que os sujeitos individuais conformam-se como seres independentes, senhores de si e de uma plena consciência racional do alcance de suas atitudes, Bourdieu nos alerta para as limitações dessa concepção de sujeito histórico, advogando a sua desconstrução e deslocamento, pleiteando a compreensão das experiências individuais, seus desacertos, dúvidas, impasses e contingências, por intermédio das redes sociais em que cada um na medida dos espelhos dos outros.”¹⁹

Palmier nasceu em Sapucaia, interior do estado do Rio de Janeiro, em 1893. Formou-se em Farmácia, em 1912, e em Medicina, em 1918. O “tempo de formação” confunde-se com o “tempo de gestação” do intelectual multifacetado. cursando a faculdade de medicina e vivendo em Niterói, então capital do estado, participou de inúmeras associações, ligas, grupos culturais e políticos. Esse tempo se estende para a década de 1920, quando já vive e atua como médico e político em São Gonçalo.

O homem de ação assume sua plenitude a partir do final da década. Parlamentar em 1929/1930 e em 1935/1937, diretor do Hospital de São Gonçalo, organizador do *Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância* e professor universitário são algumas de suas atividades de então. Durante toda a vida escreve regularmente para diversos periódicos – jornais e revistas. Mais maduro dedicou-se aos textos de História. Por intermédio de sua participação nos grêmios literários, academias e partidos políticos – espaços de sociabilidade e de criação de identidades – viabilizou muitas de suas ações.

Com a sua decisiva participação, instituições médicas, educacionais e assistencialistas foram criadas, renovadas e enraizadas no município. Esse processo mobilizou as energias de muitos que lá viviam. O hospital e as novas práticas médicas,

a escola, os pelotões de saúde, as organizações escáuticas e as manifestações cívicas, entre outras, constituíram ações modelares, expressando valores que buscaram conformar novos comportamentos. Tornaram-se instituições centrais no cotidiano da população gonçalense.

O homem e sua época. A biografia de Palmier nos ilumina uma faceta daquele ambiente intelectual e político, sobre os seus impasses, desejos, e expectativas.²⁰

¹ Este trabalho integra o conjunto de reflexões do Grupo “História de São Gonçalo: memória e identidade”, que desenvolve, atualmente, a pesquisa “O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a conformação de uma São Gonçalo moderna”, e conta com financiamento do CNPq (Edital Universal) e da FAPERJ (Primeiros Projetos).

² Professor da PUC-Rio e da UERJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa: “História de São Gonçalo: memória e identidade”.

³ Zygmunt Bauman. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.7.

⁴ Essa discussão está presente no pensamento sociológico desde há muito. Já em fins do século XIX, Ferdinand Tönnies (1887) verificava a contraposição entre a comunidade (*Gemeinschaft*), pré-industrial, em pequena escala, baseada em parentesco, amizade e vizinhança, em que as relações são íntimas, duradouras e multiintegradas e a moderna associação (*Gesellschaft*), que simbolizava os laços impessoais, anônimos, contratuais e amorais característicos da sociedade industrial moderna.

⁵ Ver o rico mapeamento sobre as atuais discussões nas ciências sociais acerca do status da localidade como construtora de sentidos para a existência, no livro de Alain Bourdin. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, especialmente capítulo 1: “o objeto local”, pp. 25 a 57. Vale, no entanto, ressaltar que o conceito de comunidade denota outros significados que não apenas o sentido físico-territorial. O sentimento de segurança e seus desdobramentos também estão presentes, por exemplo, em comunidades étnicas e religiosas.

⁶ Richard Sennett, citado em Bauman. *Op. Cit.*, pp. 100-101.

⁷ Stuart Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 12.

⁸ *Idem*, pp. 12-13.

⁹ Bauman. *Op. Cit.*, pp. 13-24.

¹⁰ Sobre “comunidades imaginadas” nunca é demais remeter aos clássicos Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989; Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; e Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, .

¹¹ Bauman. *Op. Cit.*, p. 20.

¹² Luiz Palmier. *São Gonçalo - Cinquentenário: História, Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940, p. 7.

¹³ Stuart Hall. “Quem precisa de identidade?” In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2ª ed.. Petrópolis, RJ; Vozes, 2003, p. 104.

¹⁴ *Idem*, p. 109.

¹⁵ Ver especialmente Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”. In *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, pp.15 a 38.

¹⁶ A reflexão desse último parágrafo está mais amplamente desenvolvida em Luís Reznik. “Qual o lugar da História local”, apresentado no V Taller Internacional de Historia Regional y Local, 2002, Havana.

¹⁷ Luiz Palmier. *Op. Cit.*, p. 7.

¹⁸ Stuart Hall. *Op. Cit.*, p. 109.

¹⁹ Márcia de Almeida Gonçalves. “Biografia e história local: usos e interseções” In: História Unisinos, vol. 7, n. 7, jan/jun 2003, p. 182. Ver Pierre Bourdieu. “A ilusão biográfica” In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp. 183-193.

²⁰ Como resultado da pesquisa, estaremos publicando até o final de 2005 uma biografia de Luiz Palmier. Em fins de 2003, o grupo organizou uma exposição fotográfica e o livro: O intelectual e a cidade. Luiz Palmier e a São Gonçalo moderna. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.